

Todos contra a ação direta: um relato sobre a luta por moradia e a criminalização do MRP no Distrito Federal

[Raissa](#)



**Fotos e texto: Raissa Menezes, editora do portal Entranhas*

Matéria disponível em: <https://www.entranhas.org/todos-contr-a-acao-direta-um-relato-sobre-a-luta-por-moradia-e-a-criminalizacao-do-mrp-no-distrito-federal/>

No dia 05 de junho fez um ano que o Movimento de Resistência Popular (MRP) foi retirado do antigo edifício do Torre Palace, localizado na área central de Brasília. A operação da polícia era de guerra e custou cerca de 800 mil reais segundo o próprio governo distrital. A utilização da força pelos militares era visivelmente desproporcional, considerando que no prédio havia 16 pessoas, metade delas formada por mulheres, idosos e criança. Hoje o prédio permanece abandonado. Neste texto, mostro as várias faces da política de estado que coexistem e agiram ao mesmo tempo: a política higienista, o estado de exceção, as táticas de guerra e tortura, o discurso protecionista e o imbróglho político institucional. Mostro também a influência de grupos sociais organizados conservadores e da mídia para o desenrolar da história. Ambos realizaram o papel de criminalização das classes populares e dos movimentos sociais evocando os mais diversos discursos. Narro também algumas situações que quebram com a imagem muitas vezes reproduzida sobre a ação direta como lugar de irresponsabilidade, impulsividade e de gosto pelo martírio. Por fim, apresento a importância do apoio organizado às ocupações e ações diretas – que, pelo seu caráter radical, expõem alguns indivíduos a situações de perseguição que podem ser situações de morte, caso fiquem isolados. Questões relativas às estratégias, linhas políticas e formas de organização dos movimentos sociais citados não serão foco nesse texto, justamente porque proponho um olhar para a realidade que consiga ir além dos julgamentos e das diferenças dentro da esquerda.

Comecei a acompanhar as ações do MTST-DF (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto do

Distrito Federal) em 2014, através da minha atuação como militante do MPL-DFE (Movimento Passe Livre do Distrito Federal e Entorno). Os movimentos mantêm uma relação de apoio e na época auxiliamos em atos e fechamentos de via. Em fevereiro de 2015 o MTST realizou seis ocupações simultâneas em diferentes regiões administrativas do DF, das quais eu pude acompanhar duas. No semestre seguinte o movimento rachou. Não vou entrar aqui nos méritos do que causou a divisão do movimento. Os grupos chegaram a pontos irreduzíveis de diálogo e desenvolveram maior proximidade com diferentes apoiadores. No MPL seguimos apoiando ambos os lados, porém o MTST teve seu apoio bastante centrado na figura do PSOL, enquanto o MRP, o movimento novo, teve maior apoio de organizações sindicais e movimentos autônomos. Uma característica que o MRP adotou foi um perfil mais radicalizado, tanto no que diz respeito à ação direta, quanto nas exigências de compromissos com seus militantes. O movimento também passou a agir no centro da cidade, adquirindo assim, bastante visibilidade.

As duas ações que ficaram mais conhecidas foram as ocupações dos prédios de hotéis no centro de Brasília. Porém, antes disso o movimento ficou 70 dias acampado no Setor Bancário Norte, em frente a Secretaria de Fazenda. Sem reconhecimento enquanto movimento social, os integrantes foram tratados praticamente como moradores de rua e retirados à força, sem qualquer auxílio para carregarem suas coisas. Os números do governo contaram 110 barracas retiradas. Na semana seguinte, dia 14 de setembro de 2015, o MRP ocupou hotel San Peter, no Setor Hoteleiro Sul, que, desde 2013, está em disputa judicial entre Paulo Masci de Abreu (irmão do deputado José Masci Abreu – PSDB/SP) – atual principal acionista do hotel – e o outro acionista e antigo dono Paulo César Naya (irmão do falecido deputado Sérgio Naya – PP. Sérgio Naya ficou conhecido por ser o engenheiro responsável pela obra do edifício Palace II, no Rio de Janeiro, que caiu em 1998, deixando 8 pessoas mortas e 150 famílias desabrigadas). O San Peter possui 15 andares e 424 quartos e segue desativado até o dia de hoje.

A entrada no hotel foi tranquila, pois não havia seguranças. O único dano ao patrimônio, no momento da entrada, foi realizado por um policial que quebrou a porta de vidro, para jogar o gás de pimenta que infestou todo o salão. A PM não podia entrar porque tratava-se de uma área privada. A ocupação ficou marcada pela alegria da experiência de ocupar um hotel ainda conservado. Não é sempre que é possível dormir bem durante uma ocupação, em cama com cobertas e um banheiro para cada família, com água quente no chuveiro! Nos dias seguintes as duas piscinas do hotel foram reativadas e muito bem aproveitadas! Mas a melhor história da ocupação do San Peter foi da lua de mel de um casal já idoso que nunca tinha viajado junto. O senhorzinho contou que era a primeira vez que ficava em um hotel com sua esposa, por isso tiveram o privilégio de ficar no quarto de luxo, com banheira de hidromassagem.



A ocupação durou apenas seis dias, até o momento em que chegou um mandado de reintegração de posse. Mas foi uma ação vitoriosa no sentido que deu a visibilidade que o movimento precisava para ser reconhecido como movimento social, conseguindo uma solução negociada com o governo e sem confronto com a polícia: as famílias foram levadas a um terreno do GDF – o antigo Clube Primavera em Taguatinga – onde ficariam provisoriamente até o devido cadastramento no programa Morar Bem. Só que nem a mudança para um terreno novo nem o cadastramento no programa aconteceram: antes mesmo das famílias chegarem, os vizinhos se manifestaram contra a presença do movimento na região. As famílias ficaram exatos um mês acampados ali, sendo criminalizados pelos vizinhos. Os jornais contam as “ameaças” e “intimidações” sofridas pelos moradores locais, como o fato dos ocupantes pedirem comida em estabelecimentos, pronunciarem xingamentos e o terrível caso de uma moradora do local que saiu correndo ao ver um dos acampados e torceu o pé, precisando ser levada ao hospital. Durante esse período, os moradores, na figura do Movimento Taguatinga Unida (Movitu) [1] entraram com ação judicial junto ao Ministério Público (MPDFT) e o Conselho Regional de Saúde de Taguatinga, junto de outros setores, protocolaram uma petição de impeachment do governador, alegando crime ambiental, devido ao uso indevido da máquina pública e risco à segurança pública. Esses moradores fizeram manifestação fechando via, diziam que as escolas não estavam tendo aulas porque as crianças estavam sendo ameaçadas e que os ocupantes não eram “sem-terra”, que os ocupantes possuíam caminhonetes importadas, que os ocupantes eram funcionários do Governo de Brasília e que estavam ali para beneficiar grileiros. O encaminhamento das famílias ao Clube Primavera também foi questionado pela Promotoria, pois a decisão judicial de reintegração de posse determinava que o proprietário do hotel deveria ofertar os meios necessários para a retirada dos ocupantes e não os órgãos do governo, – estes deveriam apenas coordenar a operação.

O governo não cumpriu com o cadastramento das famílias, alegando que a situação do movimento não estava regularizada na secretaria de habitação. Assim, dia 20 de outubro os ocupantes foram removidos do Clube Primavera sem nenhuma negociação e o local permanece abandonado. Ainda nesse dia os ocupantes seguiram pela Avenida Comercial Sul, em Taguatinga, fechando o trânsito e entraram na biblioteca pública para realizar uma assembleia, o que os jornais noticiaram como tentativa de ocupação do local. Dia 23 de outubro o MRP chega ao hotel Torre

Palace, ocupando novamente o centro da cidade.



O hotel fundado em 1972, valia 200 milhões em 2000, quando o proprietário faleceu, mas na época da ocupação estava avaliado em 45 milhões. Ele foi desativado em 2013 e sua estrutura rapidamente deteriorou-se. O patrimônio está em disputa judicial entre os seis filhos e a viúva do empresário Jibrán El-Hadi. Em 2007, a empresa Brookfield iniciou a compra do imóvel, porém a justiça penhorou o local antes da venda ser concluída. A determinação dizia respeito ao fato de o hotel ser incapaz de pagar a multa, à época de 120 mil reais, por irregularidades no pagamento dos funcionários. O GDF, por sua vez, deseja demolir o prédio: a Defesa Civil avaliou que a estrutura está condenada e a subsecretaria de Proteção e Defesa Civil avalia o lugar como insalubre. A Secretaria de Segurança Pública, então, assumiu que a insalubridade era um problema de saúde pública que era também uma questão de segurança pública e que por isso a polícia poderia intervir. Foi assim que os agentes de saúde chegaram junto com o batalhão militar dizendo que os integrantes do movimento teriam que sair do local para que fosse realizada uma dedetização contra o mosquito da dengue. A dedetização já havia sido feita outras vezes nesse local com o diálogo com os ocupantes e sem a necessidade das pessoas serem retiradas.

Foram mais de sete meses ocupando o edifício Torre Palace e durante esse tempo, as ações de criminalização movimento continuaram. Além do preconceito que sofriam enquanto pessoas sem-teto, o prédio ocupado era um ponto de uso de drogas antes do MRP chegar. Depois da ocupação, foi feita uma divisão do território: o MRP ocupava do terceiro andar para cima, enquanto os dois primeiros eram dos usuários. Com isso, começou-se a criar um discurso que associava o movimento ao tráfico de drogas e a uma periculosidade e insalubridade que curiosamente nunca tinham sido motivo de alguma ação do governo para resolver o problema. Ao longo dos meses, trabalhadores ambulantes, pessoas que vendiam alimentos na rodoviária e nos sinais do centro da cidade foram se incorporando ao movimento de ocupação. Durante esse tempo, os principais militantes do movimento também estavam sendo judicialmente processados, por conta dos problemas e acusações advindos da época do racha do MTST. Lembro de um domingo em que os dois principais jornais da noite passaram matérias incriminando os integrantes em rede nacional.

A operação de desocupação iniciada pelo governo durou do dia 1º ao dia 5 de junho. Acompanhei o processo junto de alguns poucos apoiadores e da advogada do movimento. A polícia cercou o prédio pela manhã, quando a maioria dos ocupantes já havia saído para trabalhar. No primeiro dia, ainda pela manhã, encontrei pessoas do movimento do lado de fora. Pessoas que ocupavam e que não puderam mais entrar. Esse número de pessoas foi aumentando ao longo dos dias. Elas dormiram todas as noites na principal via da capital, o eixo monumental, enfrentando o

frio de junho com mantas e colchonetes doados. Famílias inteiras e pessoas sozinhas formavam um grupo majoritariamente de mulheres, crianças e idosos dormindo ao relento em frente ao setor hoteleiro. A barreira policial realizou um isolamento que não permitia que as pessoas chegassem perto do prédio. Apenas hóspedes dos hotéis do lado podiam ultrapassar pela barreira, além de alguns advogados e apoiadores, para conversar com os comandantes da operação. Mas a polícia não permitia qualquer contato com os ocupantes, nem mesmo dos advogados, o que seria um direito básico. Quando falei em estado de exceção era sobre isso também.



Em pouco tempo os ocupantes ficaram sem acesso a telefone, pois os celulares descarregaram e a polícia cortou o fornecimento de energia, assim como não deixava subir mantimentos, nem água nem alimentos. Quando falei em táticas de guerra, era sobre isso também. A polícia não tinha autorização da justiça para subir no prédio, não havia reintegração de posse. Conforme o passar dos dias, dois ocupantes passaram mal de saúde e tiveram que abandonar a ocupação para ter atendimento médico.

Então chegou o caminhão da NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), carregado de sacos de cimento e blocos de concreto. Uma fila de presidiários uniformizados foram encarregados de murar o prédio em todas suas entradas, com os militantes lá dentro. A perversidade do estado não tem limites. O caminhão estacionou quase dentro do prédio e os presidiários começaram a descarregar o material. Então os militantes começaram a jogar os entulhos que havia dentro do prédio no caminhão. Até que alguém teve o bom senso de cancelar a construção do muro.



Ninguém mais falava em mosquito da dengue. Desde o primeiro dia, as famílias que se manifestavam no Eixo Monumental receberam apoio de alguns ocupantes da Funarte (Fundação Nacional de Artes), durante a campanha Ocupa Minc. Fizeram ato com gritos de apoio durante a todas as tardes. No segundo dia, cheguei no momento em que os manifestantes estavam procurando se recuperar do sufocamento do gás de pimenta. Entre eles dois pequenos garotos e sua mãe com um bebê de colo que eu conhecia do MRP.

Outros representantes do MRP, que não estavam na ocupação no momento em que a polícia chegou, realizaram reuniões com o governo para negociar as pautas, negociar o que poderia ser feito, mas nenhuma proposta foi apresentada para o problema daquelas famílias. Falava-se de um tal de um terreno, mas nada se consolidava.

Os dois últimos dias e noites de operação eu acompanhei de perto, pois alugamos um quarto no hotel de frente. Até então, noutros dias, por conta do isolamento feito pela polícia, não conseguíamos sequer estabelecer contato visual com os ocupantes e nosso medo era que quando a polícia subisse, o pior acontecesse com os militantes mais visados. Como não havia comunicação por celular, as negociações com a polícia estava sendo feita através do grito. A equipe de negociação, formada por um casal de policiais vestidos com camisas pólo, falava através do megafone e os ocupantes gritavam dos últimos andares. Nosso quarto se situava numa altura entre eles, assim ouvíamos tudo.

A primeira madrugada que acompanhei no hotel da frente foi baseada na tática de guerra do terror psicológico realizada pela polícia: desde helicóptero sobrevoando, luzes de lanternas passeando nas janelas, bombas de gás e spray de pimenta jogados dentro do hotel para não deixar as pessoas dormirem, mantê-las acordadas pelo terror. Cenas assistidas por quase ninguém. Pela manhã as táticas de guerra foram substituídas pela tática dos programas televisivos mais apelativos: levaram os familiares de alguns ocupantes para falar no megafone, pedindo para os entes queridos que estavam lá em cima, descerem. Um discurso veiculado na mídia, foi o de que a maioria dos ocupantes queria descer e que estava sendo ameaçada pelos líderes do movimento para permanecer.

Mas durante as negociações com policiais e familiares, os ocupantes faziam questão de desmentir. “Eu só saio daqui com minha casa. Eu quero minha casa.” O tom dos ocupantes era enfático, apaixonado e às vezes se misturava com o desespero. Era nítido que as pessoas estavam esgotadas. O que elas diziam não era considerado como negociação e assim foram chegando em situações de estresse extremo. Havia quem ameaçasse se jogar do prédio se a polícia subisse. O mote “se subir vai cair”, cantado no começo da ocupação – que dava a entender ou que o prédio cairia com todos juntos caso a polícia subisse ou que os policiais cairiam do prédio se subissem – foi substituído por gritos secos de “se subir eu vou me jogar”.

Havia quatro crianças lá dentro, sendo uma recém-nascida. E o discurso mais fortemente apresentado por autoridades e pela mídia, era que o movimento estava usando as crianças como escudo, de que as ocupantes estariam ameaçando jogar as crianças. Percebe-se que a polícia fazia o trabalho na madrugada, deixando os ocupantes no limite de seu esgotamento físico e mental. Pela manhã usava as falas absurdas ditas pelas pessoas, para colocá-las na mídia como loucas capazes de tudo.



Eu sempre percebi os integrantes do MRP como pessoas que acreditam muito nas lideranças do movimento. O “dar a vida” pela luta foi parte da radicalidade adotada pelo MRP, não sei se desde sua criação, mas que vi crescer ali no Torre Palace, durante a operação militar. É muito fácil ver messianismo, irracionalidade e fanatismo – características identificadas como próprias da cultura política e religiosa das classes populares no Brasil – desassociá-los das condições extremas em que as pessoas são colocadas e que nas quais precisam sobreviver.

Lá da janela, as crianças me reconheciam de outros momentos que tivemos juntas e acenavam para mim. Durante os sete meses convivi com elas em pelo menos duas atividades: o dia que pintamos e grafitamos as paredes do térreo do prédio e o dia de brincadeiras – com futebol de sabão, pula-pula, cachorro-quente e contação de histórias que infelizmente acabou cedo por intervenção da AGEFIS (Agência de Fiscalização do Distrito Federal) alegando que estávamos

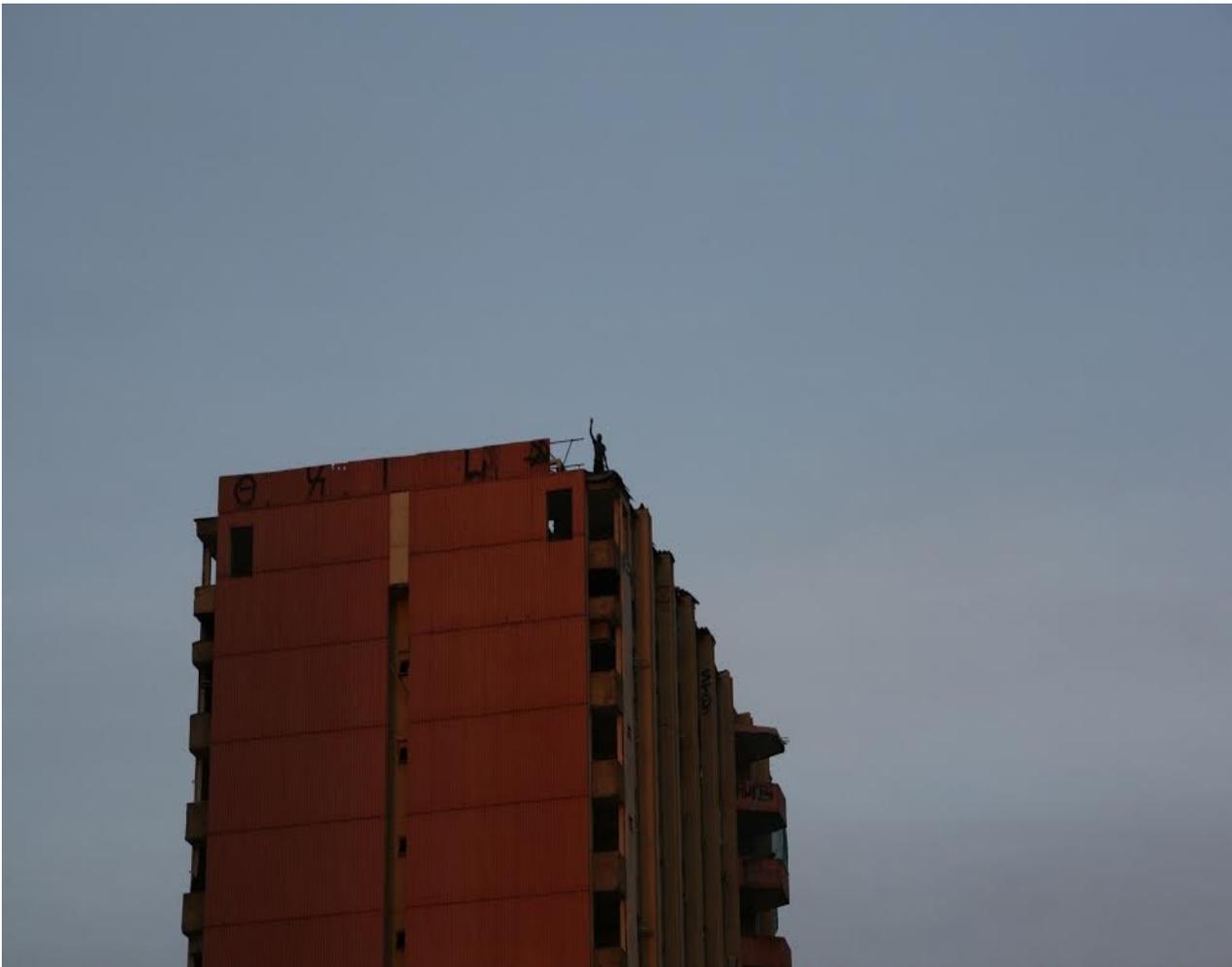
usando o estacionamento em frente ao prédio, sem autorização.



Mas enquanto os adultos conseguiam desmentir que estavam sendo coagidos a ficar no prédio, as crianças não tinham voz pública e o discurso protetivo em relação às crianças foi fundamental para governo justificar moralmente a operação. O Conselho Tutelar da região da Asa

Norte, onde se localiza o Torre Palace, não foi acionado pela justiça, informação que confirmei pessoalmente. A conselheira tutelar presente era da região da Asa Sul. Não por acaso, a conselheira da Asa Sul era uma senhora de linha conservadora e a da Asa Norte uma militante do PSOL. No primeiro dia eu me apresentei à conselheira presente, ainda sem conhecê-la. Apenas identifiquei-a porque ela usava uma blusa polo azul escuro escrito “conselho tutelar” nas costas. Informei-a que eu conhecia as crianças e que se ela precisasse de alguma ajuda na negociação eu estaria por ali. Ela perguntou meu nome e agradeceu, mas no dia seguinte a gente já tinha entendido de que lado cada uma estava. Ela estava o tempo todo junto dos policiais, o Conselho Tutelar estava ali para sustentar o discurso de que as crianças estavam correndo em situações desumanas e sendo usadas de escudo. Não importava que a polícia mantinha as famílias sem acesso a água, energia, alimentação e sem contato com advogada e sob tortura psicológica. Não importava que durante os meses de ocupação, as mães se revezavam para levar as crianças na escola. Acordavam de madrugada para chegar na Ceilândia na hora da aula. Até que a Vara da Infância emitiu uma ordem judicial para que as crianças fossem retiradas da ocupação. As crianças foram a moeda principal da negociação com os policiais. As próprias mães não queriam que as crianças ficassem ali expostas às condições desumanas que a operação policial impunha. Mas também não queriam que suas filhas fossem levadas para um abrigo, como propunha a PM. “As crianças só vão descer se forem com as mães” indicavam os integrantes do movimento, o que a polícia achou bom, pois esvaziaria ainda mais a ocupação. “A decisão é das mães”, repetiam os integrantes aos negociadores da polícia. Nenhuma das mães abandonou nem os filhos nem a ocupação.

Nessa tarde, a gerência do hotel em que eu estava hospedada, tentou nos tirar do quarto alegando que, por segurança, estavam esvaziando todos os apartamentos que ficavam virados para o hotel ocupado. Mas não foram bem sucedidos com essa justificativa. Esse foi um dos incidentes que deixou nítido que a polícia nos queria fora dali. O hotel em que estávamos também hospedava vários policiais à paisana outros fardados e melhor localizados que nós. O único hóspede do hotel que encontrei e que não expressava sua torcida pela “vitória dos policiais” era o ator Matheus Nachtergaele, que tomava seu café da manhã sozinho e em silêncio.



Na nossa segunda e última noite acompanhando a operação, dormimos bem. No fim do dia, o Subsecretário de Movimentos Sociais e Participação Social, Acilino Ribeiro, esteve no local e falou pessoalmente com os ocupantes. Marcaram uma reunião com o governo para as nove da manhã, indicando que haveria uma proposta concreta do governo para as reivindicações do movimento. Porém, às seis da manhã acordamos com o som dos helicópteros, com o caminhão de jato de água molhando todo o edifício. O som das balas e bombas vinha de vários lugares ([vídeo](#)). O batalhão do BOPE começou a subir as escadas em bloco, protegidos com seus escudos e derrubando para fora todo material usado para fazer barricadas, pedaços de madeira, colchões e a botijão de gás. As crianças ficaram juntas de suas mães na escada dos andares mais altos, enquanto os homens corriam de cima para baixo, tentando impedir, com seus corpos, que o helicóptero pousasse no teto do hotel. As bombas e balas não cessavam – “Tem criança, porra!!!” gritavam os ocupantes. “Imagine se não tivesse”, era o que eu pensava. Quando o BOPE começou a chegar aos andares mais altos, os rapazes se renderam e se colocaram à frente das mulheres e crianças. Abaixados e com as mãos para cima, ainda levaram mais tiros de borracha à queima roupa ([vídeo](#)). Enquanto isso, os policiais que vieram pelo helicóptero tomaram as crianças de suas mães e as levaram para fora do hotel. Os adultos foram levados para dentro dos quartos, fora de nosso campo de visão.



Ao levarem os ocupantes detidos para o camburão, os hóspedes do hotel em que estávamos aplaudiam a ação policial. No fim da operação, o BOPE hastiou a bandeira do Brasil no topo do hotel, fez seus gritos de guerra e teve seu momento para fotos e selfies. As famílias que dormiam no Eixo Monumental se dispersaram. Algumas pessoas procuraram se abrigar na ocupação da Funarte que fica há menos de um quilômetro do hotel, mas não foram acolhidos pelo movimento e se dispersaram pela cidade.

Importante frisar que não havia ordem de reintegração de posse, instrumento necessário para justificar a ação da polícia em uma propriedade privada. A ordem judicial da Vara da Infância era para que se tirasse as crianças da ocupação e não que se realizasse a desocupação. Outra juíza, da 8ª Vara da Fazenda, já havia negado a autorização ao GDF em fazer a desocupação, dizendo que a ocupação está no âmbito da liberdade de expressão do pensamento, caminho encontrado pelos manifestantes para dialogar com o governo. Houve uma decisão de um desembargador, mas que sequer havia sido publicada no momento em que a polícia invadiu o hotel, dizendo para desocupar o prédio por motivos de risco que a estrutura do prédio apresentava. Ainda que tivesse sido publicada, tratava-se de uma decisão bastante problemática, por tratar-se de uma área privada e para a qual os advogados do movimento entrariam com recurso depois que tivesse sido publicada a decisão. Mas a polícia não esperou amparo legal para agir. O governo do Distrito Federal agiu à margem da legalidade, num vale tudo da perseguição política.

As mulheres mães foram indiciadas por “tortura das crianças”, acusação incabível, mas que segurou as mulheres alguns dias na cadeia. Outros três integrantes foram indiciados por “tentativa de homicídio”, por terem lançado objetos contra os helicópteros que atiravam contra eles, ou seja, uma reação nítida de defesa. Os três integrantes ficaram mais de seis meses presos. Um deles perdeu a visão de um olho por conta de uma bala de borracha durante a operação e pela ausência de cuidados médicos na prisão.

O processo criminal ainda corre na justiça. O juiz da Vara do Tribunal do Júri havia considerado que não havia nenhum elemento que indicasse a intenção de tentativa de homicídio por parte dos ocupantes, mas o Ministério Público recorreu a essa decisão. Os advogados de defesa fizeram um “contra recurso” e a decisão foi para o Tribunal de Justiça, para ser decidido pela 1ª Turma Criminal, composta por Sandra de Santis, desembargadora (esposa do ministro Marco Aurélio de Mello) que em um julgamento anterior já negara habeas corpus aos integrantes do MRP. Sua justificativa para a negação do habeas corpus, foi de que o movimento é uma organização criminosa. Ou seja, há um pré-julgamento por parte da desembargadora o que motivou os advogados de defesa solicitarem que Sandra de Santis fosse considerada incompetente para julgar o caso, por considerar como fatos acusações sequer comprovadas pela justiça. Mas o pedido de incompetência foi desconsiderado e não julgado a tempo. Sandra de Santis deu procedência ao pedido do Ministério Público, para que os três integrantes sejam julgados no Tribunal do Júri, por crime de tentativa de homicídio. O cenário é bastante desfavorável aos militantes e preocupa o relativo isolamento do caso, já que grande parte da esquerda do DF permanece sem se envolver contra a perseguição política dos três companheiros. Nossa avaliação enquanto apoiadores durante a desocupação do Torre Palace, foi a de que nossa presença com câmeras foi fundamental para que nada de pior acontecesse no meio de tantas ações ilegais por parte da polícia. Era visível que havia uma questão pessoal da corporação policial com alguns dos militantes, um ódio também visível na forma como os noticiários vinham representando os integrantes do movimento.



Hoje, novamente, o caso precisa de visibilidade e apoio. A equipe de advogados populares realiza a defesa, um serviço gratuitamente prestado, mas necessitam de auxílio financeiro. O movimento procura se restabelecer. Acompanho as dificuldades dos integrantes e ex-integrantes diante da quantidade de processos judiciais a que respondem, pela forma como são expostos na

mídia e por pessoas próximas, pelos desgastes internos causados pelas diferenças nas perspectivas e nas possibilidades de dedicação para a luta que cada companheiro e companheira tem. Durante esses anos acompanhando o MRP em suas principais ações, passei a dizer e deixo aqui registrado, que o movimento agregou militantes muito competentes, militantes que qualquer movimento gostaria de ter. Alguns militantes se destacam por sua coragem, outros pela capacidade de visão estratégica, outros pela dedicação com o trabalho de base e compromisso com a luta que vai continuar a vida inteira, independente de onde estiverem. Juntos fizeram história pelo direito à moradia, contra as políticas meramente assistencialistas de auxílio aluguel, pelo direito à cidade e contra o capital da especulação imobiliária no Distrito Federal.

Páginas consultadas:

Correio Braziliense – [Polícia Militar invade e desocupa Torre Palace nesta manhã, em Brasília](#) .
Agência Brasil – [Sem-teto ocupam hotel abandonado no centro de Brasília](#)
Jornal da Cidade (EBC) – [Moradores de Taguatinga Sul reclamam de famílias sem-teto instaladas na região](#)
G1 – [No DF, vizinhos protestam contra ida de grupo que invadiu hotel para clube](#)
Correio Braziliense – [MP abre procedimento para apurar ocupação do Clube Primavera](#)
Metropoles – [PM retira sem-teto do Clube Primavera. Alguns invasores permaneceram na rua](#)
Metropoles – [Operação retira famílias do Setor Bancário Norte](#)
Portal Nota Legal – [Operação desocupa área pública no centro de Brasília](#)
G1 – [Hotel Torre Palace: 1 ano depois, GDF ainda busca recuperar gasto com desocupação](#)
G1 – [GDF transfere grupo que invadiu hotel para antigo clube de Taguatinga](#)
O Globo – [Irmão de Sérgio Naya recebia aluguel pelo Saint Peter](#)
Jornal de Brasília – [Antigo Torre Palace Hotel será leiloado](#)
Correio Braziliense – [Desativado em 2013, Torre Palace é cenário de invasões e criminalidade](#)
Página do Movitu no [Facebook](#)

[1] “Movimento Taguatinga Unida”, segundo a descrição no Facebook, é uma frente cidadã que inaugurada em Taguatinga em dezembro de 2012 e que conta com a participação de segmentos organizados da cidade, como a Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (ACIT), do Conselho de Saúde, da Câmara de Vereadores Comunitários, de algumas prefeituras comunitárias, de meios de comunicação local, dos clubes de serviço Rotary e Lions, da Academia Taguatinguense de Letras, da Agenda 21, e de moradores, trabalhadores e servidores públicos da cidade. Entre as principais pautas estão o sistema viário, os parques e os serviços públicos de segurança urbana, equipamentos públicos, sobretudo nas áreas da saúde, da cultura e da educação. O movimento considera que Taguatinga tem uma vocação empresarial ao mesmo tempo em que se preocupa com a pressão das imobiliárias, que estão obtendo permissão para megaconstruções sem levar em conta o impacto com relação ao meio-ambiente e ao trânsito na cidade.

Raissa, nascida e criada no sertão barretense, vive no planalto central há quase 11 anos. É integrante do Movimento Passe Livre e da Ocupação Cultural Mercado Sul Vive